

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 2542E-001-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Diretores e Cotistas da
Estok Comércio e Representações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Estok Comércio e Representações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em **31** de dezembro de **2024** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Estok Comércio e Representações S.A.** em **31** de dezembro de **2024**, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no **Brasil** e com as normas internacionais de relatório financeiro **International Financial Reporting Standards (IFRS)** emitidas pelo **International Accounting Standards Board (IASB)** (atualmente denominadas como **IFRS Accounting Standards**).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que menciona que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu em prejuízo individual e consolidado no montante de R\$ 224.951 mil, apresentou capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$ 106.594 mil e patrimônio líquido (negativo) individual e consolidado no montante de R\$ 572.755 mil. Neste sentido, a Companhia tem adotado ações visando o enfrentamento dos desafios inerentes ao setor, o processo de reestruturação operacional em curso (com o objetivo de obter ganhos de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional, captura de sinergias relacionadas à sua aquisição por nova controladora, além da implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez) e da consideração dos efeitos da conclusão do processo de recuperação extrajudicial (visando a reestruturação do endividamento financeiro, alongamento de prazos de pagamentos e carência no serviço da dívida). Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa no 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 23 de maio de 2024, não continha modificação, mas continha parágrafo de incerteza relacionada com a continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 10 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Estok Comércio e Representações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado		Reapresentado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.565	25.965	16.147	33.123
Contas a receber	6	54	17.235	46.678	70.916
Estoques	7	92.574	102.810	169.831	164.964
Créditos diversos	8	6.241	6.136	8.597	6.686
Impostos a recuperar	9	100.954	71.470	112.733	76.486
Partes relacionadas		253.288	113.389	-	-
Total do ativo circulante		462.676	337.005	353.986	352.175
Ativo não circulante					
Investimentos	10	-	14.888	-	-
Impostos a recuperar	9	120.958	153.975	121.167	154.115
Depósitos e bloqueios judiciais	22	9.154	14.614	9.154	14.614
Créditos diversos	8	210.110	91.368	3.443	2.409
Total do realizável a longo prazo		340.222	274.845	133.764	171.138
Imobilizado	11	40.135	36.556	121.383	141.457
Direito de uso	13	102.338	223.811	275.983	327.704
Intangível	12	67.237	76.921	67.487	76.947
Total do ativo não circulante		549.932	612.133	598.617	717.246
Total do ativo		1.012.608	949.138	952.603	1.069.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado		Reapresentado
Passivo circulante					
Fornecedores	14	159.622	136.729	159.601	137.254
Salários e encargos sociais	17	28.109	19.202	55.191	30.721
Impostos a recolher	18	110.188	95.405	108.946	101.130
Adiantamento de clientes	19	15.870	20.749	24.332	25.607
Passivo de arrendamento	13	22.692	51.556	67.667	80.001
Outras contas a pagar	20	26.302	28.192	44.845	35.662
Total do passivo circulante		362.783	351.833	460.582	410.375
Passivo não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	12	245.768	-	-	-
Provisão para contingências	22	49.617	23.285	49.617	23.285
Empréstimos e financiamentos	15	357.833	364.149	357.833	364.149
Impostos a recolher	18	12.837	17.126	12.838	26.865
Partes relacionadas	16.3	68.948	39.645	-	-
Contas a pagar a não controladores	16	256.825	160.206	256.825	160.206
Passivo de arrendamento	13	109.898	223.637	266.809	315.287
Tributos diferidos		55.821	55.821	55.821	55.821
Outras contas a pagar	20	65.032	61.514	65.032	61.511
Total do passivo não circulante		1.222.579	945.383	1.064.775	1.007.124
Patrimônio líquido					
Capital social	23	238.971	238.970	238.971	238.970
Reserva de capital		25.741	25.467	25.741	25.467
Prejuízos acumulados		(837.466)	(612.515)	(837.466)	(612.515)
Total do patrimônio líquido		(572.754)	(348.078)	(572.754)	(348.078)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.012.608	949.138	952.603	1.069.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		Reapresentado	
Receita operacional líquida	24	1.000.134	992.175	1.034.175	1.079.042
Custo dos produtos vendidos	25	(466.161)	(465.415)	(473.624)	(489.685)
Lucro bruto		533.973	526.760	560.551	589.357
Despesas comerciais	26.a	(131.754)	(236.777)	(378.131)	(409.031)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(180.946)	(226.968)	(205.238)	(263.558)
Resultado de equivalência patrimonial		(285.899)	(167.629)	-	-
Perda de crédito esperada		(3.142)	(1.334)	(3.144)	(1.576)
Outras despesas operacionais	27	(52.832)	(75.081)	(52.348)	(70.684)
(Despesas) receitas operacionais		(654.573)	(707.789)	(638.861)	(744.849)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(120.600)	(181.029)	(78.310)	(155.492)
Despesas financeiras	28	(153.475)	(157.339)	(196.732)	(182.889)
Receitas financeiras	28	49.124	15.709	50.091	15.721
Resultado financeiro, líquido		(104.351)	(141.630)	(146.641)	(167.168)
Prejuízo do exercício		(224.951)	(322.659)	(224.951)	(322.660)
Prejuízo por ação - em RS	29				
Básico	-	(0,54410)	(01,19730)		
Diluído	-	(0,54410)	(01,19730)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(224.951)	(322.659)	(224.951)	(322.660)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(224.951)	(322.659)	(224.951)	(322.660)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	238.971	13.974	3.915	6.837	(289.855)	(26.158)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(322.660)	(322.660)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	741	-	-	741
Saldos em 01 de dezembro de 2024	238.971	13.974	4.656	6.837	(612.515)	(348.077)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(224.951)	(224.951)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	274	-	-	274
Saldos em 31 de dezembro de 2024	238.971	13.974	4.930	6.837	(837.466)	(572.754)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(224.951)	(322.659)	(224.951)	(322.660)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	11 e 12	32.293	47.323	47.899	58.492
Amortização direito de uso - arrendamento	13	31.687	55.721	76.250	82.634
Perda na alienação/baixa de imobilizado	11	114	10.169	139	10.179
Baixa por impairment - imobilizado/intangível		-	30.807	-	30.807
Baixa de arrendamento	13	-	-	02	-
Provisão para demandas judiciais	22	40.459	13.916	40.459	13.916
Provisão com perda de realização de estoques	7	7.755	(18.676)	9.612	(9.316)
Provisão com perda de desvalorização de estoques	7	11.974	-	15.843	-
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosos	6	3.142	312	3.144	313
Equivalência patrimonial	10	285.899	167.629	-	-
Pagamento baseado em ações	23 (e)	274	741	274	741
Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas		55.827	67.144	55.827	67.144
Variacao cambial s/ dívida com acionistas minoritários		17.526	4.659	17.526	4.660
Juros sobre arrendamentos	13	24.288	38.449	43.755	50.442
Varição nos ativos operacionais					
Contas a receber		14.039	(55.523)	21.095	7.514
Estoques		34.693	57.149	(30.322)	63.452
Contas a receber de controladas e outros recebíveis		(139.899)	11.982	-	-
Tributos a recuperar		3.533	66.939	(3.299)	61.996
Depósitos judiciais		(8.667)	(10.179)	(8.667)	(10.179)
Outros ativos		(118.846)	(87.400)	(2.869)	957
Varição nos passivos operacionais					
Fornecedores		22.893	(57.204)	22.347	(57.168)
Salários e encargos sociais		8.907	(30.374)	24.470	(20.346)
Tributos a recolher		10.495	48.061	(6.211)	61.650
Demandas judiciais		-	(4.810)	-	(4.810)
Receitas diferidas		(4.881)	-	(1.278)	-
Contas a pagar de controladas		(72.822)	-	-	-
Contas a pagar com não controladores		24.448	-	24.448	-
Outros passivos		(5.871)	2.568	5.205	(19.635)
Caixa utilizado nas atividades operacionais					
		54.309	36.744	130.698	70.783
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais					
		29.827	(5.801)	86.993	20.184
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição do ativo imobilizado	11	(1.244)	(26.304)	(7.824)	(26.466)
Aquisição do ativo intangível	12	(10.758)	-	(10.752)	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento					
		(12.002)	(26.304)	(18.576)	(26.466)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	15	-	100.000	-	100.000
Pagamento de passivo de arrendamento	13	(34.225)	(48.545)	(85.393)	(72.050)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento					
		(34.225)	51.455	(85.393)	27.950
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa					
		(16.400)	19.350	(16.976)	21.688
Caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	25.965	6.612	33.123	11.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	9.565	25.962	16.147	33.123
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa					
		(16.400)	19.350	(16.976)	21.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		1.241.664	1.238.110	1.301.173	1.349.363
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	1.244.806	1.236.726	1.304.317	1.347.903
Outras receitas	-	-	2.718	-	3.036
Perdas de crédito esperadas	6	(3.142)	(1.334)	(3.144)	(1.576)
Insumos adquiridos de terceiros		(600.812)	(619.000)	(607.227)	(671.000)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(466.161)	(465.415)	(473.624)	(489.685)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(67.746)	(84.907)	(67.598)	(110.763)
Fretes	-	(66.905)	(68.678)	(66.005)	(70.552)
Valor adicionado bruto		640.852	619.110	693.946	678.363
Depreciação e amortização	-	(63.980)	(98.576)	(124.149)	(136.525)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		576.872	520.534	569.797	541.838
Valor adicionado recebido em transferência		(236.775)	(151.920)	50.091	15.721
Resultado de equivalência patrimonial	10	(285.899)	(167.629)	-	-
Receitas financeiras	28	49.124	15.709	50.091	15.721
Valor adicionado total a distribuir		340.097	368.614	619.888	557.559
Distribuição do valor adicionado		340.097	368.614	619.888	557.559
Pessoal		98.367	128.556	184.525	188.116
Remuneração direta	-	67.913	85.919	134.412	132.265
Benefícios	-	25.550	33.363	40.559	41.998
F.G.T.S.	-	4.630	8.533	9.280	13.112
Plano de pagamentos baseados em ações	-	274	741	274	741
Impostos, taxas e contribuições		265.583	277.617	316.439	319.850
Federais	-	145.499	122.902	98.411	104.303
Estaduais	-	117.986	149.073	205.986	203.248
Municipais	-	2.098	5.642	12.042	12.299
Remuneração de capitais de terceiros		201.098	285.102	343.875	372.252
Juros	-	158.547	165.575	202.085	192.021
Aluguéis	-	35.797	58.872	117.911	113.676
Despesas com cobranças	-	6.034	11.415	21.773	22.144
Outras	-	720	49.240	2.106	4.441
Remuneração de capitais próprios		(224.951)	(322.661)	(224.951)	(322.659)
Prejuízos no exercício	-	(224.951)	(322.661)	(224.951)	(322.659)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Estok Comércio e Representações S.A. (“Controladora”) tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração.

A Estok Comércio e Representações S.A. e sua controlada doravante serão referidas como “Grupo” para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

O Grupo, constituído em outubro de 1977, é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Av. José César de Oliveira, no 21, Vila Leopoldina – SP.

A Estok Distribuidora e Serviço S.A. (“Controlada”) possui sua sede localizada em Extrema-MG e atua preponderantemente como comércio e varejo de móveis, utensílios e decoração.

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo atuou com 50 lojas próprias e 1 centro de distribuição localizado na cidade de Extrema – MG.

O Grupo é controlado pela Mobly S.A.

Mudança de Controlador

Em 08 de novembro de 2024, ocorreu a transferência do controle acionário do Grupo, anteriormente pertencente à SPX, para a Mobly S.A, por meio de troca de ações.

Essa mudança resulta em uma nova estrutura de governança e gestão, com o objetivo de fortalecer a estratégia de negócios e a criação de valor para os acionistas. Como parte do processo, poderão ocorrer ajustes organizacionais, estratégicos e operacionais, sempre respeitando as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

A operação não impactou a continuidade das atividades do Grupo, e todas as obrigações com clientes, fornecedores, funcionários e demais partes interessadas seguem sendo cumpridas regularmente.

A administração permanece comprometida em garantir uma transição transparente e eficiente, buscando maximizar sinergias e oportunidades de crescimento sob a nova gestão.

A nova administração avalia, apesar das incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios, que tais medidas são suficientes, no momento, para suportar a continuidade das operações do Grupo em um futuro previsível.

Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok

No contexto da reestruturação financeira, a Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, plano de recuperação extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano.

Como parte do PRE, a Tok&Stok realizou em 05 de março de 2025 a emissão de debêntures não conversíveis no montante de R\$454.369, com vencimento em 31 de dezembro de 2034 e carência no pagamento de juros até dezembro de 2025. A remuneração corresponde a CDI + 2% ao ano, com capitalização dos juros durante o período de carência. A amortização do principal terá início em janeiro de 2027, com parcelas crescentes ao longo do período contratual.

Adicionalmente, a Mobly, controladora do Grupo, realizou em 05 de março de 2025 emissão privada de debêntures conversíveis no valor de R\$132.165 mil, com vencimento em 31 de janeiro de 2035. O pagamento integral (principal e juros) ocorrerá na data de vencimento, por conversão em ações ou pagamento em espécie, a critério da Mobly. O preço de conversão foi fixado em R\$9,00 por ação, acrescido da remuneração contratual.

As premissas utilizadas estão ancoradas em:

- Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
- Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
- Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
- Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem.

A administração avalia, apesar das incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios, que tais medidas são suficientes, no momento, para suportar a continuidade das operações do Grupo em um futuro previsível.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 10 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo no seu consolidado apresentou um prejuízo de R\$ 224.951 (R\$322.660 em 31 de dezembro de em 2023), capital circulante negativo de R\$ 106.594 (R\$58.201 em 31 de dezembro de em 2023) e um passivo a descoberto de R\$ 572.756 (R\$ 348.077 em 31 de dezembro de em 2023).

Apesar desse cenário, a administração entende que foram implementadas ações concretas e estruturantes ao longo de 2024 que conferem razoabilidade à premissa de continuidade operacional na preparação das demonstrações contábeis. Dentre essas ações, destacam-se:

- i) Retenção de equipe-chave e retomada da operação básica principal;
- ii) Redução de custos e despesas, sobretudo despesas de pessoal e fechamento de lojas não lucrativas;
- iii) Renegociações com fornecedores diretos e indiretos, otimizando valores contratuais e aumentando prazo de pagamento;
- iv) Normalização dos níveis e da qualidade do estoque;
- v) Reperfilamento dos passivos financeiros e capitalização por meio de nova linha de crédito realizada com o controlador.

Sinergia Operacional

A aquisição do controle do Grupo pela Mobly, formalizada em outubro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação do Grupo. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes.

As principais melhorias esperadas envolvem:

- Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta;
- Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas;
- Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace);
- Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional.

Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração.

Preservação da liquidez e do caixa do Grupo

A Administração do Grupo adotou ações para minimizar a exposição do caixa de curto prazo, incluindo, mas não se limitando à renegociação de prazos de pagamentos junto a fornecedores indiretos, revisão da necessidade de gastos futuros e antecipação de recebíveis de contas a receber suficientes para manter um saldo livre seguro para as operações cotidianas e de curto prazo.

Restabelecimento dos processos básicos principais da operação

A Administração do Grupo revisou os objetivos de curto prazo alinhados à estratégia de caixa e buscou oportunidades de melhorias de processos internos. Readequou os prazos de abastecimentos operacionais, minimizou rupturas, quebras e sinistros de mercadorias, e otimizou a sinergia entre as áreas.

Revisão do sortimento de estoques

A Administração do Grupo revisou o sortimento dos seus estoques e realizou ações promocionais de vendas de estoques com o giro lento, assim como revisitou a sua política de compras buscando um cronograma de abastecimento de loja mais eficiente.

Revisão dos investimentos e projetos de desenvolvimento interno

Após períodos de investimento intenso em projetos de tecnologia, a Administração do Grupo revisou o cronograma de entregas e priorizou projetos com os melhores retornos e ligados ao momento de equilíbrio financeiro.

Reestruturação do endividamento

A Administração do Grupo concluiu com sucesso a rodada de renegociações com seus credores financeiros, que concederam períodos de carência e estenderam o prazo de liquidação dos empréstimos. Esses aditivos trouxeram a liquidez necessária para a condução normal dos negócios no curto prazo, e permitiram que os recursos gerados na operação fossem reinvestidos exclusivamente na própria operação.

Empréstimos junto aos acionistas

Ainda tratando de linhas de crédito para capital de giro, no primeiro semestre de 2024 o Grupo recebeu um aporte significativo de seus investidores, em forma de empréstimo de longo prazo, demonstrando ao mercado a confiança no plano de negócios vigente.

A Administração do Grupo entende que a manutenção das ações anteriormente destacadas é fundamental para o sucesso do plano de reestruturação financeira em andamento.

Por fim, a Administração do Grupo entende que a situação econômico-financeira está sob controle com prognóstico positivo nos próximos anos, com melhorias já alcançadas em 2024. Sendo assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o pressuposto da sua continuidade operacional.

2.3. Base de mensuração e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo custo amortizado e valor justo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2.4. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos nos empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

2.5.2 Transações com pagamentos baseados em ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 23(e).

2.5.3. Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

2.5.4. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Ativos e passivos tributários corrente são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado do Grupo. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Nota Explicativa nº 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido.

2.5.5. Provisão para demandas judiciais

O Grupo tem diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 22. No processo de elaboração e revisão dessas provisões são considerados aspectos como a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, julga que essas provisões para risco tributáveis, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis no decorrer dos processos.

2.5.6. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Essa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão.

Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir, não considerando essas estimativas em um prazo superior ao do contrato de arrendamento.

2.5.7. Valor recuperável líquido

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, margem negativa e perdas de inventários.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido os custos:

- i)** Tributos incidentes sobre a venda;
- ii)** Despesas de pessoal atrelada diretamente a venda;
- iii)** Custos do estoque;
- iv)** Gastos estimados para se concretizar a venda.

2.6. Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo;

- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7. Segmento operacional

O Grupo possui um único segmento operacional, o varejo, que é utilizado pelo Conselho de Administração e diretoria para fins de análises e tomadas de decisões.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária.

3.1. Base de consolidação

i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

ii) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, por meio do método de equivalência patrimonial, até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

i) Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. O Grupo reconhece nessa categoria contas a receber de clientes;

ii) Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. O Grupo reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i)** Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ii)** O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(a)** o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: **(i)** o valor do ativo; e **(ii)** o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

3.2.2. Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos, a mensuração subsequente será:

- i) Custo amortizado:** os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização;
- ii) Valor justo por meio do resultado:** os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e

- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

O Grupo determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo Grupo, após discussão com o Grupo e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são somente registrados se considerados relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de crédito esperadas (*impairment*).

3.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas.

Quando aplicável, é constituída provisão para perda de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela administração.

3.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de montagem das lojas, exceto terrenos que estão sendo apresentados pelo custo atribuído na data de transição para os novos CPC's em 2010, conforme permitido pela norma. A determinação do custo atribuído foi apurada por laudo de avaliação de especialistas e ocasionou mais-valia no montante de R\$10.359 (R\$6.837, líquido do efeito tributário). A administração julgou que para as demais classes de ativo a aplicação do custo atribuído não traria aprimoramentos significativos às demonstrações contábeis principalmente devido à representatividade dos principais ativos e pelo fato do principal ativo do Grupo estar representado por benfeitorias em imóveis de terceiros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, executadas com objetivo de preparar as lojas para operação, bem como as ampliações de lojas existentes, são registradas no ativo imobilizado e depreciadas pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, que podem ser renovados, ou sua vida útil estimada pelo prazo do contrato. Os custos incorridos após a aquisição ou construção inicial dos ativos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de eventuais itens ou partes substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados e as demais classes de ativo são depreciadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas. As vidas úteis são revisadas anualmente pela administração com o objetivo de equilibrar eventuais desvios entre as taxas utilizadas e os reais desgastes desses ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, softwares desenvolvidos por equipe interna e por terceiros para a finalidade dos negócios e ponto comercial.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo.

3.10. Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

3.11. Tributos

3.11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Ativos e passivos tributários corrente são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado do Grupo. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3.11.2. Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto:

- Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando:

- Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.11.3. Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O Grupo mantém saldos de fornecedores “*confirming*” (operações de risco-sacado), decorrente de transações do Grupo e seus fornecedores de produtos, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e capital.

Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e o Grupo, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito do Grupo junto a instituições financeiras.

Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação.

Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor.

3.13. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

3.13.1. Grupo como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

3.13.1.1. Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

3.13.1.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo possui uma estrutura de capital enxuta, e seus endividamentos são utilizados exclusivamente para capital de giro, sendo que as taxas são CDI + Spread. Para definição da taxa incremental, o Grupo utilizou o spread recorrente de suas operações de antecipação e na projeção do CDI para os prazos de seus contratos, obteve cotações observáveis em mercado (CDI Futuro obtido junto à B3). Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.13.1.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2024 o montante referente a aluguel de equipamentos é de R\$743 (R\$1.684 em 2023).

3.14. Benefícios a empregados

3.14.1. Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é efetuado com base em estimativas e revisado quando do encerramento do exercício.

3.14.2. Previdência complementar (contribuição definida)

O Grupo paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido efetuadas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos gastos de pessoal.

3.14.3. Outros benefícios

Os benefícios de assistência médica concedidos aos empregados são integralmente subsidiados pelo Grupo e são encerrados no momento do desligamento, não sendo estendido a empregados aposentados ou garantida sua permanência no plano por meio de contraprestação direta ou indireta ou em apólice exclusiva.

3.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento futuro. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.16. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Grupo conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.17.1. Receita de venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. As vendas no varejo são, majoritariamente, realizadas via cartão de crédito ou débito, os quais ficam registrados no balanço como receitas diferidas até o momento do reconhecimento da receita. A receita de venda é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, o que ocorre geralmente na entrega do produto.

3.17.2. Programa de fidelidade - cashback “Clube Tok&Stok”

O Grupo implementou em 2022, um programa de fidelidade, o Clube Tok&Stok, que permite aos clientes utilizarem descontos nas futuras compras em até 60 dias. O Cashback concedido pelo programa de fidelidade gera uma obrigação de performance separada, pois fornece um direito material ao cliente. Uma parcela do preço da transação é alocada ao programa de fidelidade concedido aos clientes com base no preço de venda individual relativo e reconhecida como um passivo de contrato até que o cashback seja resgatado. A receita é reconhecida no momento do resgate do cashback utilizado pelo cliente. Ao estimar o preço de venda individual do cashback, o Grupo registra a dedução da receita como receita diferida gerada pelo programa de fidelidade levando em consideração o histórico de realização dos descontos, dessa forma, registra a proporção do crédito que há expectativa de ser exercida pelo cliente, de resgatar os créditos.

O Grupo atualiza suas estimativas dos valores que serão resgatados trimestralmente e quaisquer ajustes ao saldo passivo do contrato são lançados contra a receita.

Conforme previsto no contrato padrão do Grupo, os clientes têm direito de devolver as mercadorias por um período determinado em caso de defeito de fabricação. Ao mesmo tempo, o Grupo tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, o Grupo reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas.

3.17.3. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando são identificadas contas a receber que incorporam juros de períodos futuros, o valor contábil é reduzido para o seu valor recuperável que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

3.18. Capital social

As ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas estão classificadas no patrimônio líquido.

3.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Ao longo do ano de 2021, o Grupo concluiu a migração de seu Centro de Distribuição para a cidade de Extrema/MG, de onde são realizados os abastecimentos de suas lojas para todo o Brasil e suas vendas para consumidor final capturadas por meio de comércio eletrônico. Desde então, o Grupo possui Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais para suas operações de vendas no âmbito do comércio eletrônico e telemarketing, que são realizadas com crédito presumido de ICMS. O Regime Especial foi concedido sob número e-PTA-RE nº 45.000022734-54 e possui efeitos por prazo indeterminado, conforme art. 56 do Regime Especial.

3.20. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados para pagamento pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.21. Pagamento baseado em ações

O Grupo concede a um grupo de funcionários planos de opção de compra de ações ou bônus de subscrição. O Grupo mensura o custo de transações com pagamento baseado em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos planos de opções de compra de ações e dos bônus de subscrição requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 23. e.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamento baseado em ações, no patrimônio líquido.

3.22. Seguros

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

3.23. Resultado por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro/(prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

3.24 Reclassificações para melhoria na apresentação

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a administração do Grupo realizou uma revisão das classificações contábeis de determinadas rubricas, com o objetivo de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis e convergir com as políticas contábeis de apresentação de seu novo controlador.

Como resultado dessa revisão, foram efetuadas reclassificações entre linhas de determinadas rubricas, sem impactar nos valores finais dos grupos de ativos e passivos, bem como lucro ou prejuízo. Para assegurar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, os saldos comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados de forma retrospectiva.

Tais alterações de apresentação foram efetuadas exclusivamente para fins de melhoria na forma de divulgação, e não representam mudanças em políticas contábeis, estimativas contábeis ou correção de erros, conforme definidos no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1o de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas não adotaram de maneira antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1.130	1.667	4.433	3.868
Aplicações financeiras	8.435	24.298	11.714	29.255
Total	9.565	25.965	16.147	33.123

As aplicações financeiras da controladora e consolidado estão representadas, substancialmente, por operações compromissadas, com remuneração mensal de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (97% em 2023), de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a receber - adquirentes (a)	1.323	15.009	45.946	66.587
Títulos a receber - outros (b)	(905)	3.002	772	3.088
Títulos a receber - PIX	124	345	515	2.362
Total contas a receber	542	18.356	47.233	72.037
Perda de crédito esperada	(488)	(1.121)	(555)	(1.121)
Total	54	17.235	46.678	70.916

(a) Cartões de crédito de terceiros – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos em até 12 meses sem encargos financeiros, dependendo de certos patamares de compra, os quais o Grupo recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. O risco de crédito nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O prazo médio de recebimento do contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 16 dias (17 dias em 31 de dezembro de 2023);

(b) Duplicatas a receber e outros – inclui saldo de duplicatas emitidas para pessoas jurídicas e pessoas físicas. O risco de crédito nessas operações é assumido pelo Grupo, para o qual é constituída provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

O Grupo possui operações de antecipação de recebíveis (cessão de recebíveis) junto às administradoras de cartão de crédito, sendo realizados sempre que o Grupo entende que tem a necessidade de caixa imediato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de juros e encargos de antecipação reconhecidos foi de R\$29.318 (R\$31.254 em 2023), cujo reflexo pode ser observado na nota explicativa no 28.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	186	15.403	46.877	66.064
Total a vencer	186	15.403	46.877	66.064
Vencidos				
De 1 a 30 dias	223	1.459	223	4.311
De 31 a 60 dias	34	518	34	558
De 61 a 90 dias	99	423	99	502
Acima de 91 dias	-	553	-	602
Total vencidos	356	2.953	356	5.973
Total do contas a receber de clientes	542	18.356	47.233	72.037

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 16.3)	206.993	89.076	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	76	-	76
Outros créditos diversos	3.556	2.985	3.556	3.535
Adiantamentos folha e benefícios	1.845	1.526	3.415	1.526
Seguros pagos antecipadamente	3.236	1.128	4.141	1.128
Outras contas a receber	363	387	363	387
Aluguel antecipado	358	34	565	34
Total	216.351	97.504	12.040	9.095
Circulante	6.241	6.136	8.597	6.686
Não circulante	210.110	91.368	3.443	2.409

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IPÍ a recuperar	69	577	69	577
PIS a recuperar (i)	34.713	53.685	34.998	54.501
Cofins a recuperar (i)	137.461	158.714	138.773	162.469
INSS a recuperar (ii)	34.729	-	34.729	-
ICMS a compensar	10.549	10.308	21.251	10.753
Outros Impostos a recuperar	4.391	2.161	4.080	2.301
Total	221.912	225.445	233.900	230.601
Circulante	100.954	71.470	112.733	76.486
Não circulante	120.958	153.975	121.167	154.115

(i) Refere-se aos créditos tributários provenientes da exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins onde ação judicial transitou em julgado em 2021, cuja recuperação foi iniciada em maio de 2022 após a habilitação do crédito via processo administrativo;

(ii) Trata-se de ação judicial referente a Limitação da Base de cálculo das Contribuições previdenciárias limitando a 20 salários mínimos.

A expectativa de realização dos créditos tributários de PIS e Cofins segue:

2025	55.597
2026	66.685
2027 em diante	51.489
Total	173.771

10. Investimento**10.1. Composição do investimento**

Investida	31/12/2024		31/12/2023	
	Participação	Valor	Participação	Valor
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	100%	(245.768)	100%	14.889

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Informações contábeis resumidas

Investida	31/12/2024					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado Líquido
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	227.276	323.952	309.166	408.700	(166.640)	(251.711)
Total	227.276	323.952	309.166	408.700	(166.640)	(251.711)

Investida	31/12/2023					
	Ativo circulante	Ativo não Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado Líquido
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	173.500	253.010	176.308	190.373	59.829	(122.815)
Total	173.500	253.010	176.308	190.373	59.829	(122.815)

10.3. Movimentação do investimento

	Estok Distribuidora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	14.889	27.897
Aumento de capital	25.243	154.621
Equivalência patrimonial	(251.711)	(122.815)
(-) Lucros a realizar (i)	(34.189)	(44.814)
Saldos finais	(245.768)	14.889

(i) São a margem de lucro das compras intercompany que ainda permanecem em estoque para venda.

O passivo a descoberto foi reconhecido como Provisão para Perda em Investimentos no balanço de 31/12/2024

11. Imobilizado

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	445	-	445	445	-	445
Móveis e utensílios	13.914	(6.711)	7.203	16.960	(9.849)	7.111
Máquinas, equip. e ferramentas	8.736	(5.228)	3.508	7.335	(5.020)	2.315
Equipamentos de informática/Computadores	24.386	(21.467)	2.919	27.528	(22.311)	5.217
Estruturas/Instalações	25.572	(11.473)	14.099	25.057	(16.787)	8.270
Benfeitorias	23.723	(12.312)	11.411	40.808	(27.612)	13.196
Veículos	466	(466)	-	-	-	-
Equip. de Telefonia	2.919	(2.369)	550	-	-	-
Outros imobilizados	-	-	-	462	(460)	2
Imobilizado total	100.161	(60.026)	40.135	118.595	(82.039)	36.556

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	15.465	-	15.465	15.466	-	15.466
Móveis e utensílios	43.902	(25.877)	18.025	43.280	(21.853)	21.427
Máquinas, equip. e ferramentas	23.832	(14.857)	8.975	21.719	(12.936)	8.783
Equipamentos de informática/Computadores	31.701	(28.247)	3.454	35.664	(28.453)	7.211
Estruturas/Instalações	92.945	(55.345)	37.600	90.295	(47.622)	42.673
Benfeitorias	123.083	(86.947)	36.136	121.109	(76.697)	44.412
Edifícios	2.224	(1.136)	1.088	-	-	-
Veículos	538	(538)	-	-	-	-
Equip. de telefonia	4.017	(3.377)	640	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	340	-	340
Outros Imobilizados	-	-	-	2.764	(1.619)	1.145
Imobilizado total	337.707	(216.324)	121.383	330.637	(189.180)	141.457

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)ais)

Movimentação controladora

	Controladora							
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros imobilizados	Imobilizado total
Saldos em 1º janeiro de 2023	15.465	28.130	8.091	11.767	35.837	51.335	1.207	151.832
Aquisição	-	359	751	36	2.564	220	1	3.931
Alienação e baixa	-	(5.845)	(634)	(772)	(538)	(2.375)	(5)	(10.169)
Depreciação	-	(3.554)	(1.217)	(3.800)	(5.816)	(7.807)	(25)	(22.219)
Aumento de capital(ii)	(15.019)	(11.979)	(4.676)	(2.014)	(23.777)	(28.177)	(1.177)	(86.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	446	7.111	2.315	5.217	8.270	13.196	1	36.556
Saldos em 1º janeiro de 2024	446	7.111	2.315	5.217	8.270	13.196	1	36.556
Aquisição	-	315	278	45	469	138	-	1.245
Alienação e baixa	-	(12)	(2)	-	(99)1	(1)	-	(114)
Depreciação	-	(1.770)	(796)	(2.685)	(3.421)	(3.179)	-	(11.851)
Baixa por laudo de acervo Líquido	-	(2.327)	(547)	(54)	(4.214)	(6.325)	-	(13.467)
Transferência Partes relacionadas	-	3.885	2.261	946	13.093	7.581	-	27.766
Saldos em 31 de dezembro de 2024	446	7.202	3.509	3.469	14.098	11.410	1	40.135

Movimentação consolidado

	Consolidado								
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros Imobilizados	Imobilização Em andamento	Imobilizado Total
Saldos em 1º janeiro de 2023	15.465	31.447	10.753	12.433	51.108	58.495	1.207	10	180.918
Aquisição (i)	-	702	779	36	1.655	571	-	340	4.083
Alienação e baixa	-	(5.845)	(634)	(772)	(538)	(2.375)	(5)	(10)	(10.179)
Depreciação	-	(4.877)	(2.115)	(4.485)	(9.551)	(12.279)	(58)	-	(33.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.465	21.427	8.783	7.212	42.674	44.412	1.144	340	141.457
Saldos em 1º janeiro de 2024	15.465	21.427	8.783	7.212	42.674	44.412	1.144	340	141.457
Aquisição (i)	-	420	2.125	62	3.235	1.982	-	-	7.824
Transferência	-	340	-	-	-	-	-	(340)	-
Alienação e baixa	-	(35)	(2)	(3)	(99)	(1)	-	-	(139)
Depreciação	-	(4.127)	(1.930)	(3.178)	(8.211)	(10.258)	(56)	-	(27.759)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.465	18.025	8.976	4.093	37.599	36.135	1.088	-	121.383

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor residual contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil.

A Companhia efetuou testes de impairment do ativo imobilizado do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por impairment.

A administração considera todo o ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido à operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 17,4% em 31 de dezembro de 2024 (15,5% em 31 de dezembro de 2023).

O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível líquido

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido
Software e licença	125.552	(78.394)	47.158	113.431	(58.297)	55.134
Ponto comercial	-	-	-	1.264	(968)	296
Intangível em andamento	20.079	-	20.079	21.490	-	21.490
Intangível total	145.631	(78.394)	67.237	136.185	(59.265)	76.920

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido
Software e licença	125.749	(78.586)	47.163	113.432	(58.453)	54.979
Ponto comercial	1.264	(1.019)	245	1.264	(968)	296
Intangível em andamento	20.079	-	20.079	21.672	-	21.672
Intangível total	147.092	(79.605)	67.487	136.368	(59.421)	76.947

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação controladora

	Controladora			
	Software e licença	Ponto comercial	Intangível em andamento	Intangível total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.135	296	21.490	76.921
Saldos em 1o de janeiro de 2024	55.135	296	21.490	76.921
Aquisição (i)	47	-	10.711	10.758
Transferência	12.122	-	(12.122)	-
Amortização	(20.146)	(296)	-	(20.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	47.158	-	20.079	67.237

(i) Referem-se a softwares e licenças reclassificados para intangíveis;

Movimentação consolidado

	Consolidado			
	Software e Licença	Ponto comercial	Intangível em andamento	Intangível Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.161	296	21.490	76.947
Saldos em 1ª de janeiro de 2024	55.161	296	21.490	76.947
Aquisição	41	-	10.711	10.752
Transferência (i)	12.122	-	(12.122)	-
Amortização	(20.161)	(51)	-	(20.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	47.163	245	20.079	67.487

(i) Referem-se às reclassificações realizadas entre bens imobilizados e intangíveis;

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

O Grupo possui arrendamentos exclusivamente com a natureza de locação de imóveis (lojas físicas, centro de distribuição e unidade administrativa). Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial são reconhecidos como direito de uso e passivo de arrendamento.

Os arrendamentos contratados pelo Grupo são apresentados a seguir:

i) Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	223.811	349.845	327.704	362.988
Remensuração (i)	(13.325)	23.095	(9.113)	47.350
Adições Novos Contratos	7.267	-	33.642	-
Amortização	(31.687)	(55.721)	(76.250)	(82.634)
Cessão de direito (ii)	(83.728)	(93.408)	-	-
Saldos finais	102.338	223.811	275.983	327.704

(i) O saldo de remensuração e adições de novos contratos se encontram líquidos dos incentivos recebidos dos arrendadores tão somente relacionados a direito de uso do imóvel;

(ii) Cessão de direito de uso a controlada EDS Distribuição e Comércio, decorrente de laudo de acervo líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	275.193	404.458	395.288	419.280
Remensuração	(13.325)	23.095	(9.113)	47.350
Adições novos contratos	7.267	-	33.642	-
Juros	24.288	38.449	43.755	50.442
Baixa	-	-	2	-
Cessão de direito	(102.125)	(100.584)	-	-
(-) Pagamentos de principal	(34.225)	(48.545)	(85.393)	(72.050)
(-) Pagamentos de juros	(24.482)	(41.680)	(43.705)	(49.734)
Saldos finais	132.590	275.193	334.477	395.288
Circulante	22.692	51.556	67.667	80.001
Não circulante	109.898	223.637	266.809	315.287

iii) Maturidade dos contratos

O Grupo possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora		Consolidado	
	Crédito potencial de		Crédito potencial de	
	Aging	PIS e Cofins	Aging	PIS e Cofins
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
2025	38.862	3.595	113.780	10.525
2026	37.605	3.478	107.452	9.939
2027	37.309	3.451	95.487	8.833
2028	31.988	2.959	78.045	7.219
2029	31.988	2.959	67.985	6.289
Mais de 5 anos	48.673	4.502	136.293	12.607
Total de valores não descontados	226.425	54.271	599.042	56.291
Juros	(95.651)	-	(273.546)	-
Passivo de arrendamento em				
31 de dezembro de 2023	130.774		325.496	

O Grupo adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de antecipação de recebíveis, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito do Grupo e aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas consideradas, vis-à-vis os prazos dos contratos. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de juros incremental do Grupo variava entre 7,07% e 21,98% (6,57% e 19,34% em 31 de dezembro de 2023), conforme prazos contratuais.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 7,4% a 19,3%
De 6 a 7 anos	De 7,1% a 21,9%
Acima de 7 anos	De 7,1% a 21,9%

Caso o Grupo tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 3,25%. O prazo médio dos contratos considerados é de 6,12 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Fornecedores	154.399	133.394	154.246	133.683
Fornecedores de marketing	2.291	3.125	2.424	3.359
Fretes	2.932	210	2.931	212
Total	159.622	136.729	159.601	137.254

15. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e consolidado		Média ponderada dos encargos financeiros - %
	31/12/2024	31/12/2023	
Em moeda nacional			Variação do CDI + 2,00% a 2,00% ao ano para 2024
Capital de giro	357.832	364.149	
Total	357.833	364.149	
Circulante	-	-	
Não circulante	357.833	364.149	

Conforme explicado na Nota Explicativa nº 1, o PRE implicou no reperfilamento dos prazos de amortização das dívidas da Tok&Stok, ganhando uma carência de 1 ano para pagamento de juros, 2 anos para pagamento de principal, e um fluxo de pagamentos estendido (principal e juros *pari passu*) até 2034.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos após o reperfilamento estão apresentados a seguir:

2027	20.624
2028	41.248
2029	49.327
2030	49.327
2031	49.327
2032	49.327
2033	49.326
2034	49.326
Total	357.832

(i) Valor representado pelo fluxo atual de contratos, em linha com as negociações junto ao banco no que se refere ao reperfilamento das dívidas conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2.1.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora e consolidado					
	31 de dezembro de 2024					
	Em 1º janeiro de 2024	Pagamento de principal (i)	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas captações	Em 31 de dezembro de 2024
Capital de giro	364.149	(54.645)	-	48.328	-	357.832
Total	364.149	(54.645)	-	48.328	-	357.832

(i) Houve cessão de uma dívida bancária para um acionista minoritário. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 16.

	Controladora e consolidado					
	31 de dezembro de 2023					
	Em 1º janeiro de 2023	Pagamento de principal	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas captações	Em 31 de dezembro de 2023
Capital de giro	310.411	-	(121)	53.859	-	364.149
Total	310.411	-	(121)	53.859	-	364.149

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar a não controladores

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para parcela sob condição suspensiva (i)	34.010	34.010
Juros sobre saldo de contraprestação a pagar (i)	31.115	21.536
Empréstimo com acionistas (ii)	137.055	104.660
Verneuil FIM	54.645	-
Total	256.825	160.206

(i) O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores do Grupo decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pelo Grupo com a incorporação da Mevamoga Participações S.A.

Adicionalmente, os sócios decidiram ajustar o valor da contraprestação para incluir um novo componente sujeito a condições suspensivas (nos termos do artigo 121 e ss. do Código Civil Brasileiro). O valor correspondente a esta parcela, cujo valor total ainda é indeterminado haja vista estar sujeito à ocorrência de certas condições, foi mensurado com base na melhor estimativa da administração. O valor inicialmente registrado em anos anteriores de R\$ 34.010 é corrigido e reconhecido mensalmente pela variação do CDI + 1% a.a. Esta dívida foi negociada em conjunto ao plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1., para pagamento em 2035.

(ii) O Grupo firmou em 9 de junho de 2023 contrato de mútuo junto aos seus acionistas majoritários no montante de USD 20.000, a títulos de capital de giro, em linha com o plano de continuidade operacional apresentado. Em 24 de julho de 2023 os acionistas minoritários do Grupo complementaram a operação no montante de R\$ 3.260 totalizando uma injeção de caixa de R\$ 100.000 na operação do Grupo para normalização do fluxo de caixa operacional. Esta dívida, conforme plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1, fez parte da primeira emissão de debêntures privadas, e é conversível em ações Mobly a qualquer momento. Além disso, este valor inclui uma dívida de R\$54.646 entre Tok&Stok e Itaú que foi cedida para a família acionista não controladora. Esta dívida segue o cronograma de pagamento do plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1.

As Debêntures Tok&Stok serão garantidas por:

- Alienação Fiduciária: Um imóvel localizado em Paraty, RJ, avaliado em R\$1.235. A Companhia declara que este imóvel não é essencial para suas atividades e que está livre de ônus.
- Fiança Mobly: Fiança prestada por Mobly e outras empresas do grupo (Mobly Comércio Varejista, Mobly Hub Transportadora e Mobly Tech), com renúncia a diversos benefícios legais (como benefício de ordem) e responsabilização

A administração continuará monitorando regularmente seus indicadores operacionais, financeiros e de liquidez. O plano de negócios contempla alinhamento entre geração de caixa operacional, captação de recursos e execução de sinergias, com base em projeções de médio e longo prazo, e para garantir o atingimento dos covenants abaixo, definidos no PRE. Vale ressaltar que os covenants só passam a valer após a emissão das debêntures, que ocorreu apenas em 2025. Portanto, não há covenants vigentes no período do exercício de 2024.

- Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (repactuado):

Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida: medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida
2024	R\$ 634 milhões
2025	R\$ 782 milhões
2026	R\$ 824 milhões
2027	R\$ 849 milhões
2028	R\$ 827 milhões
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 634 milhões corrigido pela taxa DI

- Covenant de Capex (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores abaixo:

Ano	Capex Máximo que pode ser desembolsado
2024	R\$ 56 milhões
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

16.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui, além dos administradores do Grupo, todos os membros da diretoria executiva. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa e variável	3.824	11.641
Total	3.824	11.641

16.2. Contas a pagar com partes relacionadas

Em 2018 o Grupo firmou contrato de arrendamento com a R&G Participações Imobiliárias Ltda., empresa que possui como proprietários partes relacionadas aos acionistas do Grupo. Referido contrato foi realizado seguindo valor de mercado, e em 2024 foram pagos a título de alugueis R\$1.523 (R\$1.512 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Operações intercompany

Estok Distribuidora e Serviço S.A.	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Títulos a receber intercompany	206.993	89.076
Ativo não circulante		
Contas a receber partes relacionadas	-	-
Passivo não circulante		
Contas a pagar partes relacionadas	68.948	43.932
Receita		
Venda de mercadoria	498.576	270.988
Custo		
Custo das mercadorias vendidas	(196.542)	(129.182)
Despesas		
Lucros não realizados	(34.188)	(44.814)

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	5.886	2.885	13.615	5.366
Encargos sociais	2.903	8.069	6.287	10.458
Provisões de férias e décimo terceiro	10.789	8.108	22.622	14.756
Provisão para bônus	8.531	140	12.667	141
Total	28.109	19.202	55.191	30.721

A rubrica de salários e encargos sociais apresentou um aumento substancial decorrente principalmente do aumento da provisão de bônus, principalmente relacionados às áreas administrativas.

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
ICMS a recolher	13.095	3.627	18.170	7.280
ICMS a recolher difal (i)	82.436	83.672	82.436	83.672
Cofins a recolher	11.379	3.740	4.281	3.740
Impostos CUT OFF	(2.092)	(1.852)	(2.092)	(1.852)
IPI a recolher	1.691	500	1.691	500
IPTU a pagar	540	327	2.736	484
PIS a recolher	2.384	811	843	811
Impostos parcelados	13.326	4.154	13.326	5.918
Outros tributos	266	17.552	393	27.442
Total	123.025	112.531	121.784	127.995
Circulante	110.188	95.405	108.946	101.130
Não circulante	12.837	17.126	12.838	26.865

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) No 1º trimestre de 2021, o STF julgou como inconstitucional a cobrança do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL"), afastando imediatamente a cobrança para aqueles que já haviam entrado com a ação antes da data deste julgamento. O Grupo ingressou com medidas judiciais nos Estados mais relevantes após a data de julgamento e antes da publicação da ata, conseguindo algumas liminares para afastamento desta cobrança em 2021, as quais foram cassadas ao longo de 2022. Diante do cenário desfavorável, o passivo vem sendo atualizado com multa e juros.

19. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Adiantamento de clientes (i)	6.730	7.931	19.567	17.075
Cashback	4.728	8.457	4.728	8.457
Outros adiantamentos	38	74	34	75
Créditos de clientes - intercompany	4.372	4.286	-	-
Total	15.868	20.748	24.329	25.607

(i) Referem-se a valores recebidos pelo Grupo que serão reconhecidos como receita apenas após faturamento e efetiva transferência dos produtos para os clientes e, portanto, correspondem a vendas pendentes de faturamento e de entrega.

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Reapresentado		Reapresentado	
Consultorias a pagar	217	1.020	296	1.020
Manutenção e limpeza a pagar	2.107	1.014	3.589	2.083
Provisões de fretes	1.682	4.797	22	7.384
Provisões de serviços de terceiros	10.512	11.753	20.549	11.094
Outras contas a pagar	4.681	2.510	13.286	6.978
Allowance (i)	7.103	7.103	7.103	7.103
Serviços de tecnologia a pagar	65.032	61.509	65.032	61.511
Total	91.334	89.706	109.877	97.173
Circulante	26.302	28.192	44.845	35.662
Não circulante	65.032	61.514	65.032	61.511

(i) "Allowance" são incentivos recebidos por intermédio de contrato dos arrendatários, divididos em duas categorias:

- Allowance para benfeitorias: Aportes recebidos exclusivos para utilização em benfeitorias, podendo ter a comprovação de utilização dos recebidos ou não, a depender das cláusulas contratuais relacionadas. Tais valores são considerados como incentivos recebidos e deduzidos no reconhecimento do direito de uso caso o valor do incentivo recebido seja superior ao valor presente mensurado na data inicial do contrato o valor de direito de uso será igual a zero;
- Allowance relacionados às carências de aluguel: Abono de parcelas futuras de aluguel, tais valores impactam como remensuração do fluxo de caixa futuro e valor presente dos contratos de arrendamento.

(ii) Em abril de 2022, o Grupo firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. ("Domus") com o objetivo de receber serviços exclusivos de criação, desenvolvimento e gerenciamento de soluções tecnológicas para as diversas áreas de negócio, construção e implementação de estratégias para os canais digitais, e assessoria na formação de uma equipe de tecnologia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2023, as partes decidiram novar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior, em 31 de dezembro de 2024 o montante é de R\$ 65.032 (R\$ 61.509 em 2023).

21. Imposto de Renda e Contribuição Social**21.1. Parcelamento de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
REFIS (IRPJ e CSLL jul/2009 à nov/2013) – (a)	2.731	3.427
PERT (IRPJ e CSLL dez/2012 à jan/2013) – (b)	2.091	2.335
Total	4.822	5.762
Circulante	1.196	1.196
Não circulante	3.626	4.566

(a) O Grupo aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) junto à Secretaria da Receita Federal por meio de requerimento em 05 de agosto de 2014. O Grupo optou por incluir no parcelamento, com as reduções de 60% de multa e 25% de juros, para pagamento em 180 parcelas, valores devidos relativos às competências de 07/2009 a 11/2013 no montante de R\$8.672, dos quais 10% foram liquidados no momento da adesão. O parcelamento se encerra em janeiro de 2028 e cada parcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 31 de dezembro de 2024 R\$ 1.412 (R\$ 1.673 em 2023) correspondia ao principal, R\$ 1.319 (R\$ 1.754 em 2023) de multa e juros, totalizando R\$2.731(R\$ 3.427 em 2023);

(b) O Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio de requerimento em 17 de março de 2017. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada, que montava na época R\$ 4.806, em 12 prestações anuais e sucessivas de R\$ 22, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. O parcelamento se encerra em novembro de 2029 e cada parcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.344 (R\$1.515 em 2023) correspondia ao principal, R\$747 (R\$820 em 2023) à multa e juros, totalizando R\$2.091 (R\$2.335 em 2023).

21.2. Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, nominal e efetiva, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(224.951)	(322.660)	(224.952)	(322.660)
Alíquota nominal (34%)	76.483	109.704	76.484	28.949
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024, a Tok&Stok possuía um prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$386.508 para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

22. Depósitos judiciais e Provisão para demandas judiciais

a) Depósitos judiciais

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias e previdenciárias	5.214	2.817
Trabalhistas e cíveis	3.940	11.797
Total	9.154	14.614

b) O Grupo apresenta os seguintes passivos relacionados às provisões para demandas judiciais

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias e previdenciárias (i)	23.610	2.166
Trabalhistas e cíveis	26.007	21.119
Total	49.617	23.285

(i) A natureza do processo tributário é referente ao auto de infração recebido em 2024 para créditos de PIS e COFINS apropriados no ano corrente a esta demonstração e anteriores para algumas despesas específicas com entendimento controverso da Receita Federal. O processo está em discussão na fase administrativa e o valor envolvido é de R\$21.363, classificado como perda provável.

A contingência trabalhista é referente à suspensão do FAT (Fator Acidentário de Prevenção) e redução do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho), no valor de R\$2.247, onde o Grupo discute judicialmente. A tese foi classificada como perda provável.

c) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais
Saldo em 1º de janeiro de 2024	23.285
Constituição de provisão	40.459
Pagamentos realizados	-
Baixa efetiva contra depósitos judiciais	(14.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	49.617

Contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e previdenciárias

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou outras formas de garantia. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias e previdenciárias – correspondem basicamente aos questionamentos relativos a:

i) Em 2010, o Grupo impetrou Mandado de Segurança com o objetivo da declaração de inconstitucionalidade do aumento do RAT da aplicação do FAP, que aumentou o RAT do Grupo. A partir daquele ano, o Grupo vinha efetuando depósitos judiciais dos valores controversos de RAT/FAP, discutidos no mandado de segurança, correspondentes à diferença entre o “RAT Ajustado” exigido e o RAT considerado devido, que continuou a ser pago por GPS. A partir de agosto de 2018, o Grupo passou a recolher todo o valor devido por meio da GPS e, em novembro de 2019, o Grupo reverteu em favor da União parcela dos depósitos realizados (R\$12.845), seguindo ainda com a discussão da tese na esfera jurídica. Permaneceram no processo os depósitos referentes às competências de janeiro/2011 a março/2012, em razão de terem sido realizados depósitos maior do que o devido.

- **Trabalhistas e cíveis** – consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados e terceirizados relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, reclamações de clientes, entre outros. Consideram o estágio atual dos processos em andamento, em caso de perdas julgadas como prováveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 07 de dezembro de 2023, o Grupo recebeu auto de infração, porém questionando a dedutibilidade das despesas de amortização de ágio e juros relativos ao ano de 2018. Da mesma forma, referido auto de infração está sendo contestado na esfera administrativa, sendo o risco de perda classificado como possível, no montante de R\$66.660, segundo recente avaliação de seus consultores jurídicos. Entretanto, considerando o julgamento ocorrido agora em 2024, a administração entende que o risco, ainda que possível pela avaliação dos consultores jurídicos, reduziu sensivelmente visto que a matéria é a mesma julgada pelo CARF.

O Grupo possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias e previdenciárias	118.873	201.139
Trabalhistas e cíveis	78.554	35.667
Total	197.427	236.806

d) Ganhos contingentes

ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins – o Grupo possui ações judiciais, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração propostos pela Fazenda Nacional e concluiu que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins é todo aquele destacado na nota fiscal da operação de venda. Com base na conclusão deste julgamento, os processos do Grupo obtiveram seu trânsito em julgado no terceiro trimestre de 2021, possibilitando o reconhecimento de crédito tributário de PIS e Cofins no montante de R\$ 153.821 de principal e R\$ 124.012 de atualização monetária, que em 31 de dezembro de 2024 somam R\$ 171.401 (R\$ 211.914 em 2023). Os valores estão alocados nas contas de PIS a recuperar e COFINS a recuperar.

O Grupo analisa anualmente e mantém atualizadas as opiniões legais dos seus assessores jurídicos acerca de eventos que impactem as incertezas sobre a tributação do lucro. Avaliando a probabilidade do questionamento de autoridades fiscais, o Grupo conclui que não há qualquer alteração nas demonstrações contábeis bem como em suas notas explicativas, decorrentes da aplicação das normas do IFRIC 23/ ICPC 22.

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 238.971 (R\$ 238.971 em 2023), representados por 269.489.243 (269.489.243 em 2023), ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Participação %	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações
Acionistas				
Mobly S.A	61,11	164.682.680	-	-
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas (FBIE - FIP)	-	-	8,73	23.515.041
FS - Fundo de Investimento em Participações (FS)	-	-	38,13	102.759.057
TS Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações	-	-	13,26	35.740.729
Regghi Participações S.A.	8,64	23.274.842	8,64	23.274.842
Pessoas físicas	30,25	81.531.721	31,24	84.199.574
Total	100	269.489.243	100	269.489.243

O Grupo está autorizado a aumentar o capital social até o limite de **533.642.780** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma do Estatuto Social.

b) Distribuição de dividendos/JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social do Grupo.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de **25%** do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações previstas em lei ou no estatuto, será deliberada na Assembleia Geral. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não auferiu lucros para distribuição de dividendos.

c) Incentivos fiscais

O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadorias e serviços – ICMS, em 31 de dezembro de 2024 somaram o montante de **R\$31.922** (R\$39.922 em 2023).

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído dos terrenos, conforme permitido no período de transição dos CPC's. O saldo é composto pelo custo atribuído no montante de **R\$10.359**, líquido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos no montante de **R\$3.522**. Esses montantes serão realizados somente quando da alienação dos terrenos.

e) Plano de opções de compras de ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período de benefício ao executivo, ou seja, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas – “vesting period”) em contrapartida da reserva de opções de compras de ações, no patrimônio líquido. Em razão da alteração do controle da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 21 de novembro de 2024, a antecipação do vesting de todas as opções sob o Plano de SOP, conforme procedimentos de exercício a serem oportunamente aprovados e comunicados aos outorgados pela Diretoria.

O plano de opções de compras de ações (SOP) trata-se de um reconhecimento contábil que, apesar de alocado nas despesas G&A, não possui efeito material para a companhia.

f) Bônus de subscrição

Em 3 de setembro de 2019 o Grupo a firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”) com o objetivo de receber serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital aplicáveis às suas operações.

Em dezembro de 2021, o Grupo em conjunto a Domus decidiu pela rescisão do contrato celebrado em 2019, em comum acordo, tendo em vista que as Partes consideraram que as metas gerais definidas no contrato foram substancialmente concluídas. A entrega dos bônus de subscrição, previstos para liquidação com entrega de ações, foi modificada para liquidação em caixa, resgatando os bônus de subscrição outorgados em 2019 pelo montante de **R\$ 26.208** (valor justo do instrumento patrimonial), saldo este transferido do patrimônio líquido para um passivo financeiro, em 31 de dezembro de 2022 o montante é de **R\$ 18.097**.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em novembro de 2023, as partes decidiram novar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior, em 31 de dezembro de 2024 o montante é de R\$ 55.498 (R\$ 61.509 em 2023), apresentados no balanço na rubrica de outras contas a pagar.

24. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta				
Vendas de mercadorias e serviços	854.118	1.132.576	1.477.101	1.558.153
Vendas de mercadorias - Intercompany	498.576	268.392	-	-
Receita operacional bruta	1.352.694	1.400.967	1.477.101	1.558.153
Impostos Incidentes				
Impostos	(276.567)	(284.474)	(302.036)	(308.783)
ICMS - Incentivo fiscal (i)	31.894	39.922	31.894	39.922
Devoluções e cancelamentos	(32.854)	(51.432)	(49.884)	(74.608)
Descontos	(75.034)	(112.810)	(122.900)	(135.642)
Receita, líquida	1.000.134	992.175	1.034.175	1.079.042

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, vide Nota Explicativa nº 23.c.

25. Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo das vendas	(262.314)	(338.397)	(463.798)	(491.850)
Custo das vendas Intercompany (Nota Explicativa nº 16.3)	(196.542)	(129.182)	-	-
Provisão s/margem negativa	(7.586)	2.771	(10.107)	2.771
Provisão cut-off	281	(607)	281	(607)
Total	(466.161)	(465.415)	(473.624)	(489.686)

26. Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza**a) Despesas comerciais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	31/12/2024	Reapresentado	31/12/2024	Reapresentado
Pessoal	(22.644)	(48.725)	(110.209)	(107.693)
Transporte	(71.648)	(72.293)	(70.826)	(72.636)
Outras despesas comerciais	(2.942)	(12.538)	(65.109)	(62.029)
Locação de equipamentos	(28)	(93)	(149)	(185)
Propaganda e publicidade	(649)	(23.247)	(6.521)	(26.676)
Energia, água e gás	(2.324)	(9.287)	(16.799)	(7.168)
Meios de Pagamento	(6.763)	(11.935)	(24.901)	(34.529)
Perdas e Doações	(347)	(855)	(1.491)	(2.165)
Depreciação e amortização	(6.985)	(15.635)	(20.138)	(26.868)
Amortização IFRS 16	(17.424)	(42.169)	(61.988)	(69.082)
Total	(131.754)	(236.777)	(378.131)	(409.031)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	31/12/2024	Reapresentado	31/12/2024	Reapresentado
Pessoal	(85.371)	(101.444)	(98.390)	(112.772)
Outras despesas gerais	(9.703)	(6.098)	(14.890)	(28.273)
Locação de equipamentos	(743)	(1.396)	(743)	(1.396)
Segurança e serviços prediais	(3.978)	(7.640)	(4.023)	(8.205)
Uso e consumo	(2.877)	(3.009)	(2.913)	(3.054)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	(22.387)	(39.961)	(22.555)	(40.058)
Meios de Pagamento	(190)	(785)	(252)	(830)
Perdas e Doações	(552)	(385)	(3.849)	(2.449)
Serviços de terceiros	(7.767)	(19.106)	(8.129)	(19.541)
Despesas Judiciais	(8.434)	(6.373)	(8.463)	(6.405)
Depreciação e amortização	(38.944)	(40.771)	(41.031)	(40.575)
Total	(180.946)	(226.968)	(205.238)	(263.558)

27. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas judiciais	(34.282)	(13.916)	(34.282)	(13.916)
Plano de opções e bônus de subscrição (i)	(274)	(741)	(274)	(741)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado (ii)	(114)	(32.769)	(145)	(32.769)
Multas sobre impostos	(5.171)	(8.341)	(5.460)	(9.240)
Outras despesas	(12.992)	(19.314)	(12.188)	(14.018)
Total	(52.833)	(75.081)	(52.349)	(70.684)

(i) Inclui as baixas/adições de outorgas e despesa com opções do período, Nota Explicativa nº 23(e)/(f);

(ii) Baixa de ativos imobilizados das lojas que foram fechadas em decorrência do plano de continuidade mencionado na Nota Explicativa nº 2.2.1. Adicionalmente, os montantes atrelados como *impairment* são: R\$8.221 referente a baixas de projetos descontinuados, classificados como R\$1.757 em despesa com pessoal, R\$3.656 classificados como serviço de terceiros e R\$2.808 em outras despesas.

(iii) Refere-se a perda de estoques obsoletos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e risco sacado	(42.162)	(56.102)	(42.162)	(56.102)
Antecipação de cartão de crédito	(7.689)	(18.120)	(29.318)	(31.254)
Juros sobre arrendamento	(24.288)	(38.449)	(43.755)	(50.442)
Juros Domus	(7.499)	(6.389)	(7.499)	(6.389)
Juros sobre contas a pagar com partes relacionadas	(6.607)	(6.897)	(6.607)	(6.897)
Variação monetária passiva	(45.916)	(25.669)	(46.109)	(25.827)
Descontos e retenções	(960)	(212)	(2.763)	(401)
Juros Sellers Note	(10.919)	(4.512)	(10.919)	(4.512)
Outras despesas financeiras	(7.435)	(989)	(7.600)	(1.065)
Total	(153.475)	(157.339)	(196.732)	(182.889)
Receitas financeiras				
Variação monetária ativa	46.430	10.607	46.430	10.607
Descontos obtidos	21	152	21	180
Juros ativos	120	5	736	10
Outras receitas financeiras	2.553	4.945	2.904	4.924
Total	49.124	15.709	50.091	15.721
Resultado financeiro, líquido	(104.351)	(141.630)	(146.641)	(167.168)

29. Resultado por ação

O Grupo efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O cálculo do resultado líquido/(prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos do exercício	(146.641)	(322.660)
Quantidade média ponderada de ações	269.489,243	269.489,243
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,5441)	(1,1973)

O Grupo apresentou o mesmo resultado por ação básico e diluído devido ao prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

30. Gestão de risco financeiro**30.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não utilizou qualquer instrumento financeiro derivativo para se proteger de exposições a esses riscos.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de controladoria e finanças do Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros decorre da possibilidade de alterações significativas nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

O portfólio financeiro do Grupo e de sua Controlada está, em sua totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O Grupo e sua Controlada não contrataram nenhuma operação de contratos indexados a outras moedas e/ou taxas.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas, ou com componentes fixos, expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Os empréstimos do Grupo eram, em sua totalidade, vinculados à moeda nacional e às taxas variáveis (exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI)) com componentes fixos em reais.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica e avaliando as circunstâncias atuais e cenários futuros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para instituições financeiras, incluindo operadoras de cartão de crédito, são aceitos somente títulos de entidades de reputação no mercado financeiro; dessa forma, a administração busca minimizar exposições a risco de crédito.

As vendas para pessoas físicas são, substancialmente, liquidadas em dinheiro ou pix ou por meio das principais operadoras de cartões de crédito e financeiras existentes no mercado. Para clientes corporativos (pessoa jurídica), a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, metodologia de score de crédito de empresas especializadas, e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os parâmetros determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Historicamente, o Grupo não registra perdas significativas com crédito devido à qualidade das instituições financeiras e operadoras de cartões de crédito com quem o Grupo mantém operações e ao fato relacionado à concentração de vendas por meio de transações que não derivam riscos de crédito ao Grupo.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O Grupo regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados.

Além disso, é prática do Grupo manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, vem atuando no alongamento das dívidas de curto prazo, na captação de novas linhas de crédito junto a instituições financeiras e mercado de capitais, bem como buscando um eventual aporte de capital dos acionistas para mitigar eventuais impactos na posição de liquidez do Grupo, caso as linhas de crédito atualmente existentes não forem renovadas.

A gestão da estrutura de capital, endividamento, obrigações financeiras e excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria, que investe esse capital em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender o fluxo de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Saldos em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	42.390	127.171	-	169.561
Passivo de arrendamento	5.673	17.019	109.898	132.590
Dívidas com acionistas não controladores	-	-	256.826	256.826
Empréstimos e financiamentos	-	-	357.832	357.832
Resgates de outorgas a pagar Outras contas a pagar	3.847	11.540	69.408	84.795
Total	51.910	155.730	695.055	1.001.604

	Controladora			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	32.985	98.955	-	131.940
Passivo de arrendamento	12.889	38.667	223.637	275.193
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	160.206	160.206
Empréstimos e financiamentos	-	-	364.149	364.149
Resgates de outorgas a pagar Outras contas a pagar	8.157	24.470	61.509	94.136
Total	54.031	162.092	809.501	1.025.624

	Consolidado			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Saldos em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	42.390	127.171	-	169.561
Passivo de arrendamento	5.673	17.019	109.898	132.590
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	256.826	256.826
Empréstimos e financiamentos	-	-	357.832	357.832
Outras contas a pagar	3.847	11.540	69.408	84.795
Total	51.910	155.730	695.055	1.001.604

	Consolidado			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano	
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	32.993	98.984	-	131.977
Passivo de arrendamento	20.000	60.001	315.287	395.288
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	160.206	160.206
Empréstimos e financiamentos	-	-	364.149	364.149
Outras contas a pagar	10.074	30.222	61.509	101.805
Total	63.067	189.207	901.151	1.153.425

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador em equivalentes de caixa e contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, o Grupo considerou um aumento na taxa de juros do CDI para 15%, conforme boletim Focus de 03/01/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 3 meses são como segue:

Operações	Risco	Controladora				
		Cenário Base a.a%	Cenário Provável a.a%	Valor contábil	Cenário Base	Provável
Aplicações financeiras	Queda do CDI	11,75%	15,00%	8.436	235	326
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	11,75%	15,00%	357.832	11.509	14.962

Operações	Risco	Consolidado				
		Cenário Base a.a%	Cenário Provável a.a%	Valor contábil	Cenário Base	Provável
Aplicações financeiras	Queda do CDI	11,75%	15,00%	11.714	327	417
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	10,87%	15,00%	357.832	11.509	14.962

30.2. Gestão de capital

O Grupo tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo:

- Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento;
- Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros;
- Revisão de investimentos e despesas operacionais;
- Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo.

O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base.

Revisão do sortimento de estoques

Durante o exercício de 2024, foi iniciada uma revisão estratégica do sortimento de produtos e estoques com o objetivo de:

- Descontinuação de itens com baixa rotatividade ou margem reduzida;
- Ações promocionais focadas na liquidez de estoque e ocupação inteligente de espaços;
- Redefinição do cronograma de compras e reposições, com foco em eficiência logística e capital de giro;
- Reorganização das lojas para reforçar a presença da marca e aprimorar a experiência do consumidor.

Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok

No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, plano de recuperação extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano;

Como parte do PRE, a Tok&Stok realizou em 05 de março de 2025 a emissão de debêntures não conversíveis no montante de R\$454.369, com vencimento em 31 de dezembro de 2034 e carência no pagamento de juros até dezembro de 2025. A remuneração corresponde a CDI + 2% ao ano, com capitalização dos juros durante o período de carência. A amortização do principal terá início em janeiro de 2027, com parcelas crescentes ao longo do período contratual.

Adicionalmente, a Mobly realizou em 05 de março de 2025 emissão privada de debêntures conversíveis no valor de R\$132.165 mil, com vencimento em 31 de janeiro de 2035. O pagamento integral (principal e juros) ocorrerá na data de vencimento, por conversão em ações ou pagamento em espécie, a critério da Mobly. O preço de conversão foi fixado em R\$9,00 por ação, acrescido da remuneração contratual.

As premissas utilizadas estão ancoradas em:

- Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
- Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
- Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
- Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem.

O Grupo continuará monitorando regularmente seus indicadores operacionais, financeiros e de liquidez. O plano de negócios contempla alinhamento entre geração de caixa operacional, captação de recursos e execução de sinergias, com base em projeções de médio e longo prazo, e também para garantir o atingimento dos covenants abaixo, definidos no PRE. Vale ressaltar que os covenants só passam a valer após a emissão das debêntures, que ocorreu apenas em 2025. Portanto, não há covenants vigentes no período do exercício de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (repactuado):

Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

- Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida: medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida
2024	R\$ 634 milhões
2025	R\$ 782 milhões
2026	R\$ 824 milhões
2027	R\$ 849 milhões
2028	R\$ 827 milhões
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 634 milhões corrigido pela taxa DI

- Covenant de Capex (repactuado): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores abaixo:

Ano	Capex Máximo que pode ser desembolsado
2024	R\$ 56 milhões
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.3. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

	Critério de mensuração	Mensuração valor justo	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	13.189	25.965	13.189	25.965
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 1	253.476	130.624	253.476	130.624
Total			266.665	156.589	266.665	156.589
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	357.833	364.149	357.833	364.149
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 1	132.590	275.193	132.590	275.193
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	169.561	131.940	169.561	131.940
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	208.347	160.206	208.347	160.206
Resgates de outorgas a pagar	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	-	-
Total			868.331	931.488	868.331	931.488

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Critério de mensuração	Mensuração valor justo	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	17.058	33.123	17.058	33.123
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 1	46.812	70.916	46.812	70.916
Total			63.870	104.039	63.870	104.039
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	357.833	364.149	357.833	364.149
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 1	132.590	395.288	132.590	395.288
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	169.561	131.977	169.561	131.977
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	208.347	160.206	208.347	160.206
Resgates de outorgas a pagar	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	-	-
Total			868.331	1.051.620	868.331	1.051.620

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

31. Eventos subsequentes

Emissão de debêntures

Em 5 de março de 2025, a Companhia encerrou a emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A., conforme aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 454.369 na Data de Emissão, conforme Escritura Pública.

Release de Resultados 2024

Mensagem da Administração

O de 2024 se mostrou um período desafiador para a Companhia, tendo sido um período de reestruturação.

Em seus resultados, a Companhia foi capaz de evoluir em eficiência operacional, com diluição de custos fixos e performance positiva em mesmas lojas. Isso fez com que o EBITDA Ajustado da Tok&Stok atingisse o patamar positivo de R\$36 milhões.

Adicionalmente, no contexto da reestruturação financeira, a Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, seu plano de recuperação extrajudicial, homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando a renegociação de suas dívidas, com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal, além da possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano.

Em 08 de novembro de 2024, ocorreu a transferência do controle acionário da SPX para a Mobly S.A, por meio de troca de ações.

Essa mudança resulta em uma nova estrutura de governança e gestão, com o objetivo de fortalecer a estratégia de negócios e a criação de valor para os acionistas. A administração permanece comprometida em garantir uma transição transparente e eficiente, buscando maximizar sinergias e oportunidades de crescimento sob a nova gestão.

Com a operação com a Mobly, a Tok&Stok fortalecerá ainda mais a sua presença no mercado por meio da diversificação e complementaridade do portfólio de produtos e serviços, combinando a sólida e reconhecida reputação das marcas, atingindo públicos diversos em todos os segmentos de mercado. Temos convicção de que, impulsionados pela captura das sinergias apresentadas, teremos um negócio combinado com forte geração de caixa.

Desempenho Financeiro

	2024	2023	Δ
GMV	1.301	1.314	-1%
Receita	1.034	1.079	-4%
Custo das vendas	-474	-490	-3%
Lucro bruto	561	589	-5%
Margem de lucro bruto	54,2%	54,6%	-0,4 p.p
Despesas de Logística	-131	-138	-5%
CM II	429	451	-5%
Margem CM II	41,5%	41,8%	-0,3 p.p
Despesas de marketing e vendas	-84	-95	-11%
CM III	345	356	-3%
Margem CM III	33,3%	33,0%	0,3 p.p
Pessoal ²	-98	-112	-12%
Outras despesas gerais e administrativas ²	-211	-252	-17%
EBITDA Ajustado	36	-8	NA
Margem EBITDA Ajustada	3,5%	-0,7%	4,2 p.p
D&A	-123	-137	-10%
Efeitos não-recorrentes	-18	-34	-47%
EBIT Ajustado	-87	-144	-40%
Resultado de juros	-147	-167	-12%
Resultado líquido	-252	-345	-27%
Margem líquida	-24,3%	-32,0%	7,6 p.p
Resultado líquido ajustado	-234	-312	-25%
Margem líquida ajustada	-22,6%	-28,9%	6,3 p.p

Gross Merchandise Value (GMV)

Gross Merchandise Value (GMV) em R\$ milhões	2024	2023	Var
Website	222,1	227,7	(2,5%)
Lojas	1.079,2	1.085,8	(0,6%)
GMV	1.301,3	1.313,5	(0,9%)
Receita Op. Líquida	1.034,2	1.079,0	(4,2%)

Em 2024, o GMV da Companhia permaneceu virtualmente estável em R\$1,3 bilhão, com impacto do fechamento de 17 lojas no período. Considerando as mesmas lojas, o crescimento do segmento no período foi de 4,3% vs. 2023. Com efeito da variação de pedidos não entregues, a Receita Operacional Líquida foi 4,2% menor em 2024 vs. o ano anterior.

Custos e Despesas

	2024	2023	Δ
Receita	1.034	1.079	-4%
Custo das vendas	-474	-490	-3%
Lucro bruto	561	589	-5%
Margem de lucro bruto	54,2%	54,6%	-0,4 p.p
Despesas de Logística	-131	-138	-5%
CM II	429	451	-5%
Margem CM II	41,5%	41,8%	-0,3 p.p
Despesas de marketing e vendas	-84	-95	-11%
CM III	345	356	-3%
Margem CM III	33,3%	33,0%	0,3 p.p

Com níveis semelhantes de CPV, Custos Logísticos e Despesas com Marketing e Vendas, a Margem de Contribuição III da Tok&Stok permaneceu virtualmente estável em 2024, em comparação ao ano anterior, com variação de -0,3 p.p. como percentual da Receita Líquida.

Com foco na reestruturação de parte das operações, a Companhia reduziu em 15,2% os seus custos fixos, que totalizaram R\$308,7 milhões em 2024 (vs. R\$364,3 milhões em 2023). Os custos com Pessoal Administrativo apresentaram importante evolução, passando de R\$112,0 milhões (10,4% da Receita Líquida) para R\$98,1 milhões (9,5% da Receita Líquida), enquanto que a maior redução se deu nas Despesas Operacionais, que passaram de R\$252,2 milhões (23,4% da Receita Líquida) para R\$210,6 milhões (20,4% da Receita Líquida).

EBITDA E EBITDA Ajustado

em R\$ milhões	2024	2023	Var
(=) Margem de Contribuição III	344,7	356,4	(3,3%)
(-) Pessoal - Administrativo	(98,1)	(112,0)	(12,4%)
(-) Despesas Operacionais	(210,6)	(252,2)	(16,5%)
(=) EBITDA Ajustado	36,0	(7,9)	NA
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>3,5%</i>	<i>(0,7%)</i>	<i>4,2 p.p</i>
(+/-) Efeitos não-recorrentes	(17,9)	(33,5)	(46,7%)
(=) EBITDA	18,1	(41,4)	NA
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>1,8%</i>	<i>(3,8%)</i>	<i>5,6 p.p</i>

Considerando os efeitos mencionados anteriormente, o EBITDA Ajustado da Companhia alcançou o patamar positivo de R\$36,0 milhões, ou 3,5% da Receita Líquida, em comparação aos -R\$7,9 milhões do ano anterior.

Com efeito dos itens não-recorrentes, principalmente relacionados à transação com a Mobly, o EBITDA atingiu R\$18,1 milhões em 2024, ou 1,8% da Receita Líquida.

Resultado Líquido

em R\$ milhões	2024	2023	Var
(=) EBIT	(105,0)	(177,9)	(41,0%)
(-) Despesas financeiras	(196,7)	(182,9)	7,6%
(+) Receitas financeiras	50,1	15,7	218,6%
(=) Lucro Líquido	(251,7)	(345,1)	(27,1%)
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(24,3%)</i>	<i>(32,0%)</i>	<i>7,6 p.p</i>
(=) Lucro/prejuízo ajustado do exercício	(233,8)	(311,6)	(25,0%)
<i>% da Receita Líquida</i>	<i>(22,6%)</i>	<i>(28,9%)</i>	<i>6,3 p.p</i>

Com impacto do *accrua*l de juros das dívidas da Companhia, o prejuízo líquido totalizou R\$251,7 milhões ao final de 2024, uma melhora de 27,1% em relação ao ano anterior.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 31 de março de 2025, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.